

CÂMARA MUNICIPAL DE VILA NOVA DE PAIVA

Aviso n.º 823/2003 (2.ª série) — AP. — *Renovação de contrato de trabalho a termo certo.* — Torno público que, por meu despacho de renovação de 20 de Dezembro de 2002, com efeitos a partir de 15 de Janeiro de 2003, renovei, por mais um período de um ano, o contrato de trabalho a termo certo, celebrado em 15 de Janeiro de 2002, com efeitos a partir da mesma data, com António Marques Ferreira, na categoria de auxiliar administrativo (escalação 1, índice 123), do grupo de pessoal auxiliar, com fundamento na alínea d) do n.º 2 do artigo 18.º do Decreto-Lei n.º 427/89, de 7 de Dezembro, na redacção do Decreto-Lei n.º 218/98, de 17 de Julho, extensível à administração local por força do Decreto-Lei n.º 409/91, de 17 de Outubro. [Isento de fiscalização prévia do Tribunal de Contas, ao abrigo do artigo 114.º, n.º 3, alínea g), da Lei n.º 98/97, de 26 de Agosto.]

20 de Dezembro de 2002. — O Presidente da Câmara, *Carlos Fernando Diogo Pires*.

Aviso n.º 824/2003 (2.ª série) — AP. — *3.ª e última renovação de contrato de trabalho a termo certo.* — Torno público pelo presente, que, por meu despacho de renovação de 20 de Dezembro de 2002, com efeitos a partir de 9 de Janeiro de 2003, renovei, por um período de seis meses, o contrato de trabalho a termo certo, celebrado em 9 de Julho de 2001, com efeitos desde a mesma data, anteriormente renovado por duas vezes por igual período, uma por meu despacho de renovação de 6 de Dezembro de 2001, com efeitos a partir de 9 de Janeiro de 2002, outra por meu despacho de renovação de 5 de Junho de 2002, com efeitos a partir de 9 de Julho do mesmo ano, com Olinda Paulo Lisboa Silva, Lúcia Ribeiro Pedro e Isabel Carlota Ribeiro, na categoria de auxiliar de serviços gerais (escalação 1, índice 123), com fundamento nos artigos 18.º a 21.º do Decreto-Lei n.º 427/89, de 7 de Dezembro, na redacção do Decreto-Lei n.º 218/98, de 17 de Outubro. [Isento de fiscalização prévia do Tribunal de Contas, ao abrigo do artigo 114.º, n.º 3, alínea g), da Lei n.º 98/97, de 26 de Agosto.]

20 de Dezembro de 2002. — O Presidente da Câmara, *Carlos Fernando Diogo Pires*.

Aviso n.º 825/2003 (2.ª série) — AP. — *Renovação de contrato de trabalho a termo certo.* — Torno público que, por meu despacho de renovação de 20 de Dezembro de 2002, com efeitos a partir de 14 de Janeiro de 2003, renovei, por mais um período de um ano, o contrato de trabalho a termo certo, celebrado em 14 de Janeiro de 2002, com efeitos a partir da mesma data, com Pedro Nuno Serra Pires, na categoria de técnico superior de 2.ª classe de educação física (escalação 1, índice 400), do grupo de pessoal técnico superior, com fundamento na alínea d) do n.º 2 do artigo 18.º do Decreto-Lei n.º 427/89, de 7 de Dezembro, na redacção do Decreto-Lei n.º 218/98, de 17 de Outubro, extensível à administração local por força do Decreto-Lei n.º 409/91 de 17 de Outubro. [Isento de fiscalização prévia do Tribunal de Contas, ao abrigo do artigo 114.º, n.º 3, alínea g), da Lei n.º 98/97, de 26 de Agosto.]

20 de Dezembro de 2002. — O Presidente da Câmara, *Carlos Fernando Diogo Pires*.

Aviso n.º 826/2003 (2.ª série) — AP. — *3.ª e última renovação de contrato de trabalho a termo certo.* — Torno público pelo presente, que, por meu despacho de renovação de 20 de Dezembro de 2002, com efeitos a partir de 9 de Janeiro de 2003, renovei, por um período de seis meses, o contrato de trabalho a termo certo, celebrado em 9 de Julho de 2001, com efeitos desde a mesma data, anteriormente renovado por duas vezes por igual período, uma por meu despacho de renovação de 6 de Dezembro de 2001, com efeitos a partir de 9 de Janeiro de 2002, outra por meu despacho de renovação de 5 de Junho de 2002, com efeitos a partir de 9 de Julho do mesmo ano, com Felismina Maria Tavares Dias e Maria Augusta dos Santos Morais Afonso, na categoria de operário jardineiro (escalação 1, índice 137), com fundamento nos artigos 18.º a 21.º do Decreto-Lei n.º 427/89, de 7 de Dezembro, na redacção do Decreto-Lei n.º 218/98, de 17 de Outubro. [Isento de fiscalização prévia do Tribunal de Contas, ao abrigo do artigo 114.º, n.º 3, alínea g), da Lei n.º 98/97, de 26 de Agosto.]

20 de Dezembro de 2002. — O Presidente da Câmara, *Carlos Fernando Diogo Pires*.

CÂMARA MUNICIPAL DE VILA POUCA DE AGUIAR

Aviso n.º 827/2003 (2.ª série) — AP. — Para os devidos efeitos, torna-se público que a Assembleia Municipal, em sua sessão ordinária de 23 de Dezembro de 2002, sob proposta da Câmara Municipal de 9 de Dezembro de 2002, aprovou o Regulamento Municipal do Mercado dos Produtos do Concelho.

2 de Janeiro de 2003. — O Presidente da Câmara, *Domingos Manuel Pinto Batista Dias*.

Regulamento Municipal do Mercado dos Produtos do Concelho

Artigo 1.º

O presente Regulamento é estabelecido ao abrigo da competência regulamentar conferida pelo Decreto-Lei n.º 252/86, de 25 de Agosto.

Artigo 2.º

O mercado dos produtos do concelho, realizar-se-á no mercado municipal, todos os sábados de cada mês, entre as 7 horas e as 13 horas.

Artigo 3.º

1 — O mercado dos produtos do concelho, destina-se exclusivamente aos produtores que possuam residência no concelho.

2 — Aos vendedores de artesanato e produtos agrícolas, de fabrico ou produção próprios.

Artigo 4.º

1 — No mercado dos produtos do concelho, apenas os produtores agrícolas poderão exercer a actividade comercial.

2 — São produtores agrícolas os titulares de cartão emitido pela Câmara Municipal nos termos do presente Regulamento.

Artigo 5.º

1 — O cartão de produtor agrícola, com as dimensões de 10,5 × 7,5, deverá conter os elementos identificativos necessários, designadamente o seu titular, o domicílio ou sede, o local de actividade, o período e validade, a classificação de produtos a comercializar segundo a classificação das actividades económicas (CAE) ou se exerce a actividade de comércio.

2 — Para a concessão e renovação do cartão deverão os interessados apresentar na Câmara Municipal requerimento, do qual constará a respectiva identificação, residência e, bem assim, o cartão de identificação de pessoa colectiva, de empresário em nome individual, ou declaração da Junta de Freguesia da área de residência e do MADRP (Ministério da Agricultura e Desenvolvimento Rural e das Pescas) em como são produtores agrícolas.

3 — A renovação anual o cartão de produtor agrícola deverá ser requerida até 30 dias antes de caducar a respectiva validade.

Artigo 6.º

1 — O pedido de concessão do cartão deverá ser deferido ou indeferido pelo presidente da Câmara Municipal, ou pelo vereador em quem estiver delegada essa competência, no prazo de 30 dias, contados a partir da data da entrega do correspondente requerimento, de que deverá ser passado o respectivo recibo.

2 — O prazo fixado no número anterior é interrompido pela notificação do requerente para suprir eventuais deficiências do requerimento, começando a correr novo prazo a partir da data da recepção na Câmara Municipal dos elementos pedidos.

3 — A Câmara Municipal fixará anualmente o número máximo de cartões a emitir e as condições de selecção dos concorrentes.

Artigo 7.º

O produtor deverá ser portador, para apresentação às entidades competentes para fiscalização, do cartão de produtor agrícola devidamente atualizado.

Artigo 8.º

É obrigatória a afixação, por forma legível para o público, de letreiros, etiquetas, ou listas indicando o preço dos produtos expostos.

Artigo 9.º

1 — A Câmara Municipal determinará o número de lugares a atribuir por título de ocupação de lugar a pessoas individuais e colectivas.

2 — Os títulos de ocupação serão atribuídos através de concurso público, a anunciar através da imprensa com antecedência mínima de 15 dias, e serão válidos para o período máximo de dois anos.

3 — Cada pessoa singular ou colectiva apenas pode ser titular de um lugar.

4 — Os produtores agrícolas detentores de título de ocupação de lugar fixo são obrigados a adquirir senha de ingresso, válida para um só dia de feira.

5 — Os produtores agrícolas detentores de título de ocupação, que não utilizarem o respectivo lugar fixo durante três sábados seguidos ou seis intercalados durante o mesmo ano, perdem o referido título de ocupação, sem direito a qualquer indemnização.

6 — Os produtores agrícolas detentores de título de ocupação que não se apresentem à entrada do mercado até às 7 horas, perdem o direito à sua ocupação sem qualquer direito de indemnização, dispondo a Câmara Municipal da sua ocupação por outro produtor

Artigo 10.º

1 — Para além dos lugares a atribuir por títulos de ocupação nos termos do artigo anterior, a Câmara Municipal determinará o número de lugares a atribuir mediante simples senha de ingresso, válida para um único dia de mercado.

2 — Os produtores referidos no presente artigo só poderão adquirir uma senha, correspondente a um só lugar, por cada dia de mercado.

Artigo 11.º

1 — Os lugares referidos nos números anteriores serão numerados, podendo essa numeração ser revista em cada ano.

2 — Nenhum produtor poderá ocupar outro lugar além daquele que lhe foi destinado, nem ceder a outrem, seja a que título for, o seu lugar, sem autorização prévia.

3 — Para efeitos do número anterior poderão os serviços camarários, mediante pedido dos interessados e desde que haja motivos ponderosos, justificados caso a caso, autorizar a troca de locais de venda.

4 — Os titulares de ocupação dos lugares, fixos ou não, poderão ser auxiliados na venda por familiares ou empregados, da sua responsabilidade.

Artigo 12.º

1 — O executivo fixará anualmente o preço das senhas de ingresso para venda no mercado, através de edital.

2 — O cartão referido no n.º 2 do artigo 4.º deste Regulamento terá a seguinte taxa:

- a) Emissão de cartão novo — 4,99 euros;
- b) Revalidação anual — 2,49 euros.

3 — Ficam isentos do pagamento das restantes taxas constantes do artigo 51.º capítulo XI do Regulamento e Tabela de Taxas e Licenças actualmente em vigor.

Artigo 13.º

1 — As infracções às disposições do presente Regulamento constituem contra-ordenação punível com coima de 12,47 euros a 498,8 euros.

2 — A determinação da medida da coima far-se-á em função da gravidade da contra-ordenação, da culpa e da situação económica do arguido.

3 — Sem prejuízo do limite máximo fixado neste artigo, a coima deverá, sempre que possível, exceder eventual benefício económico que o arguido retirou da contra-ordenação.

4 — Em caso de contra-ordenação ligeira poderá decidir-se por uma advertência acompanhada da exigência de pagamento de uma soma pecuniária nunca superior a 2,49 euros.

5 — A aplicação das coimas é da competência do presidente da Câmara, ou do vereador em quem for delegada, constituindo receita do município.

6 — A fiscalização da aplicação do presente Regulamento, sem prejuízo das competências atribuídas às autoridades veterinárias

sanitárias, e demais autoridades nos termos legais, compete aos fiscais municipais.

Aprovado em reunião de Câmara de 9 de Dezembro de 2002.
Aprovado pela Assembleia Municipal em 23 de Dezembro de 2002.

23 de Dezembro de 2002. — O Vereador com poderes delegados, *Rogério Teixeira de Sousa*.

Aviso n.º 828/2003 (2.ª série) — AP. — Para os devidos efeitos, torna-se público que a Assembleia Municipal, em sua sessão ordinária de 23 de Dezembro de 2002, sob proposta da Câmara Municipal de 9 de Dezembro de 2002, aprovou o Regulamento do Transporte Público de Aluguer em Veículos Automóveis Ligeiros de Passageiros — Transporte em Táxi.

2 de Janeiro de 2003. — O Presidente da Câmara, *Domingos Manuel Pinto Batista Dias*.

Regulamento do Transporte Público de Aluguer em Veículos Automóveis Ligeiros de Passageiros — Transportes em Táxi.

Preâmbulo

Em 28 de Novembro de 1995, foi publicado o Decreto-Lei n.º 319/95, diploma que procedeu à transferência para os municípios de diversas competências em matéria de transportes de aluguer em veículos ligeiros de passageiros.

O referido diploma emanou do Governo, no uso da autorização legislativa concedida pela Assembleia da República, nos termos do artigo 13.º da Lei n.º 39-B/94, de 27 de Dezembro, que aprovou o Orçamento de Estado para 1995.

O Decreto-Lei n.º 319/95, mereceu críticas e foi alvo de contestação de diversas entidades e organismos, tendo por base as seguintes razões:

Atribuição de poderes aos municípios para, através de regulamentos municipais, fixarem o regime de atribuição e exploração de licenças de táxis, situação que poderia levar, no limite e por absurdo, a serem criados tantos regimes quantos os municípios existentes, tornando impossível uma adequada fiscalização pelas entidades policiais;

Omissão de um regime sancionatório das infracções relativas ao exercício da actividade de táxis, designadamente a sua exploração por entidades não titulares de licenças, a alteração de locais de estacionamento e as infracções às regras tarifárias convencionadas para o sector;

Duvidosa constitucionalidade de determinadas normas, nomeadamente do n.º 2 do artigo 15.º, na medida em que condicionava a eficácia dos regulamentos municipais ao seu depósito na Direcção-Geral de Transportes Terrestres, contrariando desta forma o princípio constitucional da publicidade das normas, bem como do artigo 16.º, que permitia que um regulamento municipal pudesse revogar diversos decretos-leis.

Estas razões fundamentaram um pedido de autorização legislativa do Governo à Assembleia da República, que lhe foi concedida ao abrigo da Lei n.º 18/97, de 11 de Junho.

Com efeito, este diploma revogou o Decreto-Lei n.º 319/95, e ripristinou toda a legislação anterior sobre a matéria, concedendo, ao mesmo tempo, ao Governo, autorização para legislar no sentido de transferir para os municípios competências relativas à actividade de aluguer em veículos ligeiros de passageiros.

Na sequência desta autorização legislativa, foi publicado o Decreto-Lei n.º 251/98, de 11 de Agosto, que regulamenta o acesso à actividade e ao mercado dos transportes em táxi alterado entretanto pela Lei n.º 156/99, de 14 de Setembro, e, mais tarde, pela Lei n.º 106/01, de 31 de Agosto, que, para além de introduzir algumas alterações, o republica na íntegra. Aos municípios foram cometidas responsabilidades ao nível do acesso e organização do mercado, continuando na administração central, nomeadamente, as competências relacionadas com o acesso à actividade.

No que concerne ao acesso ao mercado, as câmaras municipais são competentes para:

Licenciamento dos veículos — os veículos afectos ao transporte em táxis estão sujeitos a licença a emitir pelas câmaras municipais;